

S
UFRJ/IEI
TD225

034063-4

DO RIO DE JANEIRO

INSTITUTO DE ECONOMIA INDUSTRIAL



TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 225

COMPETITIVIDADE NO COMPLEXO

QUÍMICO NACIONAL

PRIMEIRA APROXIMAÇÃO

Lia Haguenauer
Dezembro/1989

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA INDUSTRIAL



COMPETITIVIDADE NO COMPLEXO QUÍMICO NACIONAL
PRIMEIRA APROXIMAÇÃO (*)

Lia Haguenauer
Dezembro/1989

430027676



(*) Este trabalho foi desenvolvido para o seminário "Reestructuración Industrial y Competitividad Internacional", organizado pela CEPAL em julho de 1989 em Santiago, Chile. Consta, de forma bem resumida, do documento Proteção, Competitividade e Desempenho Exportador da Economia Brasileira nos anos 80, Araújo Jr. e outros (1989). A metodologia adotada e os indicadores utilizados resultaram de discussões entre os autores.

UFRJ
BIBLIOTECA
Data: 20/04/90
N.º Registro: 034063-4

S
UFRJ/IEI

FD 225

FICHA CATALOGRÁFICA

ms 88448

Haguenauer, Lia

Competitividade no complexo químico nacional: primeira aproximação/Lia Haguenauer. — Rio de Janeiro: UFRJ/IEI, 1989.

26p.; 21cm. - (Texto para Discussão/IEI/UFRJ; n. 225)

inclui bibliografia

1. Indústria Química - Avaliação - Brasil.
2. Indústria Química - Análise Competitiva - Brasil.
3. Indústria - Concorrência Brasil. I. Título.
- II. Série.

1. INTRODUÇÃO

Duas ordens de fatores colocam a competitividade como um dos pontos centrais no estudo da indústria nacional. Por um lado, há consenso generalizado de que o atual parque industrial brasileiro está basicamente montado, completo. Como observa Araújo Jr. (1988), "o problema central de política industrial no país passou a ser o de assegurar a modernidade do conjunto do parque industrial e não mais o de apenas eleger novos setores a serem criados" (p. 6). Assim, é pré-requisito para a formulação atual de uma política industrial a avaliação da competitividade ou eficiência produtiva dos vários segmentos da indústria instalada. Por outro lado, a nova onda de difusão das teorias neo-liberais, preconizando a inserção competitiva no mercado internacional e a liberalização de importações, também exige esta avaliação. Mesmo que se advogue o mínimo de intervenção do Estado na economia, é necessário que se conheça os setores que possibilitariam esta inserção competitiva e quais seriam sucateados com importações indiscriminadas.

O objetivo deste trabalho é contribuir para a avaliação da competitividade da indústria brasileira, analisando, ainda que de forma preliminar, com base em estudos e estatísticas disponíveis, os segmentos compreendidos pelo complexo químico nacional.

A delimitação deste complexo parte da constatação de que o petróleo é o elemento básico da indústria química moderna. Estrutura-se assim o complexo a partir das atividades ligadas a sua obtenção e primeira transformação - extração, refino e petro-química (inclusive produção de resinas, fibras e elastômeros) - , que geram os principais insumos para a produção das indústrias finais - tintas e pigmentos, adubos, produtos farmacêuticos, perfumaria, artigos de plástico e de borracha e químicos diversos (inseticidas, pesticidas, catalisadores, anti-oxidantes, etc.). Várias destas indústrias utilizam também matérias-primas inorgânicas ou não-petroquímicas, sendo a produção destes elementos outra indústria integrante da base do complexo.

Além do peso específico do complexo químico na economia nacional - estas indústrias representavam, em 1984, 27% do valor da produção das indústrias extrativa mineral e de transformação

no Brasil (IBGE, Pesquisa Industrial Anual) -, o desempenho do complexo químico afeta a eficiência geral do sistema, já que várias de suas indústrias são importantes fornecedoras de insumos para outros complexos: fibras artificiais e sintéticas, alvejantes e pigmentos para o têxtil, fertilizantes e defensivos para o agroindustrial, peças de plástico e borracha, resinas, catalisadores, etc. para o metal-mecânico, entre outros exemplos, fornecendo ainda combustíveis e lubrificantes para todos os setores.

Naturalmente, a maior intensidade das relações interindustriais ocorre dentro do próprio complexo, o que justifica a utilização desta categoria de análise. Dificilmente um segmento industrial pode ser competitivo se seus fornecedores não o são, tendendo os níveis de eficiência a se propagarem dentro de cada complexo, a partir de exigências nas relações entre supridores e compradores.

Adota-se neste estudo o conceito, desenvolvido em Haguenauer (1989), de competitividade como "a capacidade de uma indústria (ou empresa) produzir mercadorias com padrões de qualidade específicos, requeridos por mercados determinados, utilizando recursos em níveis iguais ou inferiores aos que prevalecem em indústrias semelhantes no resto do mundo, durante um determinado período de tempo" (p. 23). A avaliação da competitividade segundo esta definição não é, obviamente, imediata. Depende de características dos produtos considerados, do estágio de evolução tecnológica da indústria a nível internacional, da organização industrial específica do setor no país e de aspectos macro-econômicos, institucionais, históricos, sociais e políticos mais amplos.

Com relação à qualidade, de um modo geral os produtos iniciais da cadeia química são rigidamente definidos, homogêneos ("commodities"), não havendo possibilidade de variações de qualidade, sob pena de descaracterização dos produtos. Já na maior parte das indústrias finais do complexo, as empresas baseiam sua estratégia de crescimento na diferenciação de produtos, na busca constante de maior qualidade e eficácia em relação a usos específicos. Para estes segmentos, a avaliação do nível de qualidade dos produtos produzidos no país e sua adequação às necessidades tanto do mercado interno como externo exigiria pesquisas específicas junto às empresas e a seus clientes. Neste estudo utiliza-se o desempenho exportador como indicador indireto de qualida-

de, na medida em que demonstra o atendimento a níveis de exigência de mercados com supridores potenciais de qualquer parte do mundo.(1)

Quanto ao nível de utilização de recursos, o único indicador direto é o produto obtido por pessoa ocupada, a produtividade do trabalho. A comparação, em termos absolutos, com outros países fica dificultada pelas distorções cambiais e perde significação devido ao nível de agregação dos dados disponíveis, relativos ao conjunto das indústrias do complexo(2). A evolução da produtividade nos vários segmentos, no entanto, é por si um indicador relevante do aumento ou redução de competitividade.

Preços praticados no mercado doméstico inferiores aos vigentes no mercado internacional (tomando-se o valor unitário das exportações como preço internacional) em princípio indicariam menores níveis de utilização de recursos pela indústria no país. Deve-se levar em conta, entretanto, vários fatores que podem perturbar esta associação: diferenças na qualidade dos produtos, preços internos controlados pelo Governo (dos produtos em si e de seus insumos), rentabilidade diferenciada no mercado doméstico e nas exportações (permitindo a proteção ao mercado interno preços superiores aos internacionais), preços de transferência nas transações intra-firma, etc.

A competitividade, vista como eficiência produtiva, depende basicamente da capacitação tecnológica da indústria no país frente ao que ocorre no resto do mundo. Também quanto a este aspecto existe grande diferenciação entre a base e as indústrias finais do complexo químico. A tecnologia para a produção dos produtos iniciais da cadeia é amplamente difundida, com vários fornecedores alternativos, e as inovações são atualmente marginais. O baixo ritmo de expansão da demanda nos países industrializados e

(1) Considera-se que produtos menos sofisticados e mais baratos não descaracterizam a competitividade industrial, desde que haja mercado para estes bens.

(2) Como a intensidade de capital nos vários segmentos do complexo químico é muito diversa, o valor absoluto da produtividade também difere significativamente entre as indústrias. Assim, a produtividade média do agregado fica muito afetada pelo peso relativo de cada segmento em cada país.

o relativo excesso de capacidade produtiva em diversos produtos têm desestimulado inovações radicais que impliquem a construção de novas plantas. A competitividade neste segmento depende da existência de instalações adequadas (requerendo em geral escalas de produção elevadas), da operação eficiente das plantas, especialmente no que se refere ao nível de utilização da capacidade instalada, e do acesso às fontes de matérias-primas. Nas indústrias finais, ao contrário, o ritmo de introdução de inovações, tanto relativas a processos como a produtos, embora declinante na última década, ainda é dos mais intensos na indústria mundial. Isto decorre da estratégia de diferenciação de produtos que, aliada à existência de uma multiplicidade de processos e insumos para a obtenção de produtos semelhantes, coloca investimentos em pesquisa e desenvolvimento e vínculos estreitos com o mercado consumidor como elementos centrais da competitividade.

Os indicadores quantitativos mencionados - relativos a produtividade, diferenciais entre preços internos e externos e exportações -, assim como a estrutura do complexo químico no Brasil e sua evolução na década de 80, estão reunidos em tabelas ao final do texto. Sua análise, assim como dos elementos que podem distorcer seu significado, é feita a seguir, a nível dos vários segmentos industriais que compõem o complexo. São também referidos ao longo do texto, sempre que considerados relevantes à avaliação da situação dos setores, outros fatores que afetam a competitividade, como padrões de concorrência, estrutura de propriedade do capital, políticas públicas, evolução macro-econômica do país, etc., bem como informações setoriais específicas, sempre que disponíveis.

Na conclusão são sintetizadas as observações sobre a situação atual de competitividade do complexo químico, feitos alguns comentários sobre o papel do Estado em sua evolução futura e discutidas brevemente possíveis consequências de liberalização de importações de produtos químicos.

2. INDÚSTRIAS DE BASE

A extração e o refino do petróleo, apesar de fornecido-

ras básicas do complexo químico, não seguem a lógica e dinâmica das demais indústrias do complexo, respondendo à evolução do padrão de consumo energético da economia como um todo. Estas atividades estão constituídas no Brasil como monopólios estatais, a cargo da Petrobrás S.A., empresa tida consensualmente como tecnologicamente capacitada, operando inclusive no exterior na extração de petróleo, além de fornecer assistência técnica nesta área a diversos países. Apesar da importação de petróleo em bruto ainda constituir mais de 20% da pauta nacional, a produção interna vem se expandindo, passando de cerca de 10 milhões de m³ nos anos 70 para mais de 30 desde 1986 (dados CNP). O peso da extração de petróleo no valor da produção do complexo químico passou de 2% em 1980 para 11,4% em 84, apresentando uma taxa média de crescimento na década de 14% a.a. (ver Tabela 1).

No refino, o principal problema é a estrutura do consumo nacional, especialmente a utilização de álcool como combustível alternativo à gasolina (atualmente os automóveis a álcool representam cerca de 90% da produção). Não obstante os contínuos ajustes feitos no perfil do refino, o Brasil tornou-se estruturalmente superavitário na produção de gasolina (exportando os excedentes principalmente para os EUA), sendo o óleo diesel o produto crítico para a limitação da produção.

A empresa conta com um centro de pesquisa já solidamente estabelecido, o CENPES, e a capacitação tecnológica de sua equipe - resultado de investimentos em recursos humanos desde a década de 50 - viabilizou através da participação de sua subsidiária, a Petroquisa, a implantação de uma moderna indústria petroquímica no país. Os investimentos previstos para o período 89/97 compreendem não só a continuação dos ajustes do perfil de produção e das modificações de processo visando maior eficiência energética (já rotina na empresa), como também ampliação da capacidade de produção de acordo com a evolução do consumo, expansão da rede de dutos, valorização de subprodutos, maior segurança e proteção ao meio ambiente, etc.

Os indicadores propostos para a avaliação da competitividade não têm significação em relação a estes segmentos. Como monopólio estatal, as transações com o petróleo nacional são unicamente intra-empresa, valoradas de acordo com conveniências con-

táveis, e os preços dos combustíveis são administrados, não acompanhando necessariamente as variações no preço do petróleo, o que provoca variações bruscas no valor da transformação industrial e na produtividade. O preço interno da gasolina é normalmente mais elevado em relação aos demais derivados do petróleo, gerando uma espécie de subsídio implícito aos óleos combustíveis, GLP, nafta, etc., incidindo ainda impostos específicos elevados (não computados nas estatísticas de produção) que se destinam também ao Estado. Desta forma, ficam prejudicadas não só as comparações de preços como as variáveis que partem do valor da produção, como a produtividade⁽³⁾. Também o bom desempenho das exportações de produtos do refino do petróleo (é o segmento com maiores valores de exportação dentro do complexo químico, em toda a década, como pode ser visto na Tabela 3) está menos associado à real eficiência do setor que a problemas relativos à política energética nacional da qual resultou o atual perfil de consumo.

A extração e o refino de petróleo, no entanto, podem ser enquadradas como competitivas de acordo com o conceito proposto, utilizando plenamente a capacidade de um parque atualizado do qual dominam a tecnologia. A continuidade dos investimentos garantiu até hoje a manutenção de níveis de eficiência equiparáveis aos vigentes no resto do mundo, embora atendam apenas ao mercado interno, dentro dos limites atualmente existentes quanto a recursos naturais e a tecnologia de refino conhecida.

A instalação da indústria petroquímica no Brasil, ao contrário da Europa e EUA, se deu de forma planejada para maior eficiência e integração das plantas, através dos Pólos Petroquímicos, sendo o terceiro e último Pólo implantado no início dos 80, quando várias unidades já eram desativadas no mundo. A cada etapa plantas mais modernas foram instaladas, inclusive, como mostra Hasenclever (1988), empresas que já operavam e dominavam tecnologias mais antigas não se limitaram a transplantar para o novo Pólo seu conhecimento, mas utilizaram sua experiência na busca e negociação da tecnologia mais nova e na sua adaptação às condições do país. Assim, ao contrário da situação de vários países europeus, o parque brasileiro é tecnologicamente atualizado e, também diferentemente dos países desenvolvidos, o consumo de

(3) Gordon e Baily (1989), analisando a evolução da produtividade em várias indústrias, descartam o refino e a petroquímica, argumentando que as flutuações de preços e reduzidos contingentes de pessoas ocupadas geram distorções que invalidam as medidas usuais de produtividade.

petroquímicos ainda se encontra numa fase ascendente (a taxa média de crescimento do consumo aparente de químicos orgânicos e termoplásticos, entre 1982 e 87, período marcado pela estagnação da economia brasileira, foi de 8 a 12% aa-ABIQUIM, 1988).

A petroquímica nacional conseguiu ainda, mesmo em fases de recessão da demanda interna, manter a plena utilização de sua capacidade, exportando, quando necessário, os excedentes de produção. Pode-se ver na tabela 1 que, enquanto a taxa média de crescimento anual da indústria como um todo foi de 2,5%, tanto a petroquímica básica e intermediária como a fabricação de resinas cresciam a mais de 6%, com o melhor desempenho no complexo, afora a extração de petróleo. Várias unidades operam acima de sua capacidade projetada através de alterações realizadas nos equipamentos o que, juntamente com ajustes visando maior eficiência energética, contribuiu para ampliar o conhecimento e domínio das tecnologias de processo. Estima-se que na instalação do Pólo Rio ou duplicação de Camaçari apenas 15% da tecnologia será comprada no exterior.

O modelo tripartite originalmente adotado para o setor - participação em cada empresa do capital nacional privado, estrangeiro e do Estado (através da Petroquisa) - evoluiu para uma intrincada malha de participações acionárias mútuas e formação de conglomerados, onde as decisões de investimento são compatibilizadas e os riscos minimizados. A queda de rentabilidade típica de uma indústria madura, quando a difusão tecnológica e o aumento de concorrência levam à redução de preços, observada a nível mundial, também ocorre na indústria nacional, o que tem levado as empresas do setor, seguindo a tendência internacional, a diversificarem seus investimentos para a área de especialidades petroquímicas e mesmo de química fina.

O fato dos preços internos, tanto de petroquímicos como de resinas, fibras e elastômeros, serem superiores aos externos (tabela 4) no período 1983/85 reflete a prática usual no comércio externo destes produtos, de vendas de excedentes a custos variáveis. Nos últimos anos, devido às políticas mais rígidas de controle dos preços internos destes produtos, os preços externos estão superiores, conforme afirmou em palestra recente no IEI um diretor da Petroquisa. Spitz (1988) critica as entradas esporádi-

cas nos EUA de produtos petroquímicos provenientes do Canadá "at cash costs", que causam instabilidades temporárias no mercado local, o que leva à especulação sobre os problemas que países como o Brasil poderiam enfrentar com uma total liberalização de importações destes produtos, a despeito da competitividade de sua indústria. Em relação aos produtores do Oriente Médio, o mesmo autor observa que não inviabilizam a produção em países com instalações modernas e acesso a insumos por dois motivos: em primeiro lugar, sua vantagem se restringe a derivados do gás natural, não se estendendo a produtos como o propeno, benzeno, buteno, etc. e seus derivados, obtidos do petróleo que, ao contrário do gás nestes países, não tem custo alternativo nulo; em segundo lugar, o custo de transporte é uma variável relevante, impossibilitando sua penetração em determinados mercados.

Uma ressalva deve ser feita com relação aos índices de produtividade apresentados na tabela 2 para a petroquímica: na falta de deflatores adequados, foi utilizado o índice relativo aos produtos do refino, o que deve superestimar os valores a preços constantes obtidos para os anos próximos aos choques do petróleo (1975 e 1980). Não obstante, pode-se observar na tabela que foi dos poucos segmentos do complexo com aumento de produtividade no início da década. Pela forma de implantação e evolução exposta, seria de se esperar um comportamento ascendente dos índices. O desempenho exportador (tabelas 3 e 4) confirma esta expectativa e aponta no sentido da existência de uma competitividade efetiva nesta indústria, sendo dos segmentos de maior expansão externa no período: crescimento médio de 24 e 17% a.a. respectivamente para petroquímica e para resinas, fibras e elastômeros e coeficiente de exportação em expansão.

A atividade de fabricação de elementos químicos é muito heterogênea, com grandes empresas nacionais e estrangeiras ao lado de pequenas empresas, cada produto exigindo escalas e tecnologias muito diversificadas para sua produção. Indicadores agregados são de difícil interpretação, principalmente quando, como no caso, não demonstram uma tendência definida. A avaliação da competitividade desta indústria necessitaria levantamentos específicos, fugindo ao escopo deste estudo.

3 - INDÚSTRIAS FINAIS

Ao contrário das indústrias de base do complexo químico, desenvolvidas no país a partir de uma ação voluntária, com uma política explícita por parte do Estado, o estabelecimento no Brasil das indústrias finais seguiu o padrão de internacionalização ditado pela dinâmica do complexo a nível mundial, desde os anos 50 e mesmo antes. Numa primeira fase, as empresas líderes internacionais instalam apenas pontos de distribuição ou de embalagem de seus produtos de consumo; enfrentando restrições às importações ou aproveitando a disponibilidade de mão-de-obra, internalizam a fase final do processo, mantendo o vínculo com as matrizes na importação das matérias-primas e completa subordinação tecnológica e operacional. Como geralmente os processos são divisíveis em várias etapas, com diversos produtos intermediários, as condições locais, favoráveis ou restritivas, determinam o grau de verticalização em cada país.

Ainda hoje no Brasil não se tem, em grande parte destas indústrias, a integração até a base do complexo, importando as filiais de empresas transnacionais aqui instaladas, e que dominam vários destes mercados, produtos intermediários de suas matrizes (fármacos, princípios ativos de defensivos agrícolas, pigmentos, catalisadores, tenso-ativos, etc.)(4). Por outro lado, as cadeias de produção mais simples em termos tecnológicos, que seguem diretamente dos produtos petroquímicos - indústrias de matérias plásticas, fertilizantes e borracha - têm atualmente todas as suas etapas de produção no país, adquirindo internamente suas matérias-primas; as empresas transnacionais passaram, com o desenvolvimento da produção interna de petroquímicos, a dividir o mercado com o capital nacional privado e estatal.

É interessante observar que a relação entre preços internos e externos (tabela 4) para as indústrias de químicos diversos (1,92), produtos farmacêuticos (1,76) e pigmentos e corantes (1,65)(5) são as mais altas da economia nacional. Uma possível explicação pode estar no subfaturamento das exportações, prática

(4) Willmore (1987) estimou a participação das empresas estrangeiras nas vendas de 1980 em: Farmacêutica, 71%; Borracha, 63%; Perfumaria, 53%; Química, 21% e Plásticos, 17%.

(5) Na tabela incluídos com tintas e solventes, cujo diferencial de preços é de 0,95.

comprovada por vários autores e que justificam o interesse no não-rompimento de vínculos de compra e venda entre matrizes e filiais. Estudos realizados na Inglaterra e Colômbia (citados em BNDES, 1988), mostram a contrapartida desta prática, o superfaturamento nas importações: fármacos importados por filiais de empresas estrangeiras tinham preços até 4.600% superiores aos do mercado interno, no primeiro país, e até 6.000% no segundo. Outra explicação para o diferencial entre preços internos e externos pode estar no poder de monopólio conferido pela diferenciação de produtos e posições estabelecidas no mercado brasileiro por algumas empresas, ratificado pelos mecanismos de proteção. Apoiando indiretamente esta hipótese, tem-se que 41% dos atos normativos baixados pelo governo em relação às importações entre 1975 e 1984 referiam-se ao complexo químico (Guimarães e outros, 1986). Fizeriam-se ao complexo químico níveis realmente inferiores de eficiência em relação aos padrões internacionais.

Os indicadores de produtividade mostram uma nítida queda na indústria farmacêutica desde 1975 (tabela 2), o que aponta também para uma deterioração dos níveis de eficiência desta indústria. Sua taxa média de crescimento na década foi das menores do complexo, situando-se inclusive abaixo da média da indústria (tabela 1), o que faz supor ausência de investimentos significativos no período. As constantes declarações em jornais sobre os problemas de rentabilidade do setor a partir da intensificação das políticas de controle de preços são aparentemente confirmadas, ao menos para as grandes empresas, pela indicação de prejuízos global no ano de 1987 (Quem é Quem, 1988). Como os preços praticados no país são praticamente o dobro dos do mercado internacional e os salários pagos cerca de 1/10 dos vigentes em países desenvolvidos, tudo indica a não-competitividade desta indústria no Brasil.

A indústria de produtos químicos diversos inclui atividades muito heterogêneas, tornando impossível a interpretação de seus índices agregados. O desempenho exportador (tabelas 3 e 4), no entanto, indica vitalidade em pelo menos alguns segmentos desta indústria. A forte presença de empresas multinacionais em algumas áreas leva a um tipo de inserção internacional específica. No segmento de defensivos agrícolas, por exemplo, onde o Bra-

sil é o 5º mercado mundial (com a vantagem de ser o único grande consumidor fora do hemisfério norte, com demanda sazonalmente defasada), são intensas (para os padrões nacionais) as relações com o exterior, intra-indústria e provavelmente intra-empresa: coeficientes de exportação de 28,9% e de importação (relativo ao consumo aparente) de 24,9% em 1984 (ABIQUIM, 1988). A participação da indústria de químicos diversos no valor da produção das indústrias finais do complexo químico brasileiro também passou de 17% em 1980 para 25% em 84 (tabela 1), enquanto todas as demais indústrias perderam ou mantiveram seu peso. Este segmento inclui a maior parte do centro dinâmico do complexo a nível mundial, a chamada química fina, área de maior crescimento e rentabilidade (ver Haguenauer, 1984).

Convivem na indústria de perfumaria empresas com as mais diversas tecnologias, com filiais de empresas transnacionais ao lado de grandes nacionais (especialmente na área de sabões) e pequenas empresas também nacionais, a maior parte com tecnologias primitivas. As matérias-primas desta indústria estão basicamente classificadas como químicos diversos, referindo-se o diferencial de preços da tabela 4 apenas aos produtos finais da perfumaria. Tendo em vista a queda nos índices de produtividade, o fato de ser o único segmento do complexo com decréscimo de exportações e a heterogeneidade tecnológica do setor, é possível que o menor preço interno reflita qualidade inferior dos produtos destinados ao mercado doméstico frente aos exportados, e não maior competitividade.

Na tabela 4 pode-se ver que os coeficientes de exportação são muito baixos para todas as indústrias finais do complexo químico. No caso das empresas transnacionais, sua instalação no país visava o mercado interno, com um potencial interessante dado os baixos níveis de consumo per capita, o contingente populacional e as possibilidades do consumo industrial. O pouco dinamismo da década de 80, a instabilidade política e econômica do país, o problema do endividamento externo, alternativas mais promissoras fora e a perda de poder aquisitivo da população levaram a uma retração de suas atividades e a uma forte degradação no nível de eficiência de suas plantas químicas no Brasil. O fluxo de investimentos de empresas transnacionais para a América Latina vem se

reduzindo desde o início da década. Em 1985 representavam 53% do valor nominal de 1981 (CTC, 1988). No entanto, uma alteração destas condições pode levar à recuperação de sua competitividade, uma vez que o potencial de mercado continua interessante e, embora as atividades de P&D no país sejam praticamente nulas, têm acesso aos desenvolvimentos realizados nas matrizes. De qualquer modo, a busca ou não de maior eficiência neste segmento, assim como sua inserção internacional, será decidida fora do país.

Outra possibilidade, a médio prazo, é a renovação das empresas dessa indústria partir do dinamismo endógeno da integração do próprio complexo, com o desenvolvimento para a frente na cadeia produtiva por parte das empresas petroquímicas, tornando acessíveis as matérias-primas básicas, movimento que já se inicia. As dificuldades deste caminho estão nas tecnologias defendidas de produtos estabelecidos, na necessidade de investimentos contínuos em P&D e na concorrência com marcas consolidadas e eficientes canais de comercialização das empresas internacionais. Desta forma, a curto prazo não se deve esperar melhoria na competitividade deste segmento do complexo químico nacional.

Quanto às indústrias finais integradas, pode-se ver na tabela 4 que têm preços internos inferiores (plásticos) ou pouco superiores aos internacionais, considerando a possível existência no período de uma certa defasagem cambial. Pesquisa realizada pela FUNCEX (ver Braga e outros, 1988) comparando em cada empresa o preço de exportação e o de venda interna de um mesmo produto chega a uma relação de 2,46 para artigos de plástico, das maiores encontradas na pesquisa em toda a indústria nacional. Esta disparidade de resultados parece indicar heterogeneidade na qualidade: produtos consumidos internamente têm níveis médios de qualidade mais baixos, e os produtos mais sofisticados têm preços internos elevados (e muito superiores aos do mercado externo). As altas barreiras tarifárias e não-tarifárias permitem diferenciais desta ordem: média de tarifas de 180%, das mais elevadas da indústria, e 92,6% dos produtos especificados na NBM com importações suspensas em 1984, segundo Guimarães e outros, 1986. Confirmando que a relação de preços não reflete eficiência na indústria de plásticos pode-se ver na tabela 2 o decréscimo significativo dos índices de produtividade tanto na produção de laminados com o de ar-

tefatos plásticos. Além disso, levantamento da FGV (Oliveira, 1988) estimou em cerca de cinco anos o atraso da indústria nacional de plásticos em relação à dos EUA e Europa, tanto em relação a equipamentos como aos materiais utilizados. A recessão do início da década - onde foi dos segmentos mais afetados, ressentindo-se ainda pela importância das economias de escala - deve ter estancado os investimentos, levando à perda de eficiência da indústria. As exportações de artefatos plásticos tiveram uma evolução razoável na década (tabela 3) podendo-se supor a existência de empresas competitivas numa indústria que perde, em geral, competitividade.

O beneficiamento e a fabricação de artigos de borracha (exclusive pneus, cuja lógica é determinada pela indústria automobilística e por isso considerado no complexo metal-mecânico) conta com a eficiente produção local de elastômeros - produto cujo coeficiente de exportações foi em toda a década superior a 10% (ABIQUIM, 1988). Além disso, o principal destino de sua produção é a fabricação de pneus, basicamente por parte de empresas transnacionais integradas. Deste modo, mesmo em fases de baixo crescimento econômico, os níveis de eficiência não podem cair muito, como se pode ver nos índices de produtividade do setor, existindo ainda a possibilidade de expansão para o mercado externo: apesar de baixo, o coeficiente de exportações praticamente dobra no período. O nível de proteção desta indústria é elevado (135% de tarifa média legal e 81% dos produtos com importações suspensas em 1984 - Guimarães e outros, 1986), não se podendo afirmar com segurança se se trata de uma indústria competitiva ou não. As informações prestadas a Oliveira (1988) indicam atualização tecnológica no produto e defasagem em relação a processos, tendo os investimentos na indústria sido retardados.

O diferencial de preços para fertilizantes da tabela 4 decompõe-se em 1,52 para as matérias-primas básicas e 0,55 para as misturas. Neste último segmento a indústria é composta por grandes empresas nacionais semi-integradas e numerosas pequenas empresas também nacionais, formando um mercado muito competitivo. A produção das matérias-primas básicas constitui um oligopólio com empresas estrangeiras integradas e estatais (conjunto de empresas cuja holding é a Petrofértil, ligada à Petrobrás) ou com participação estatal, que garantem o suprimento aos produtores de

fertilizantes compostos. Embora dominem a tecnologia- chegando a Petrofértil a exportar o processo de obtenção de amônia a partir do gás residual no lugar de nafta, produto mais caro - existem problemas na realização de investimentos. O Primeiro Plano Nacional de Fertilizantes (até então basicamente importados) data de 74 e o último grande investimento na área de matérias-primas foi feito em 82, o que se reflete perfeitamente nos índices de produtividade da tabela 2. A situação das finanças públicas combinada com uma defasagem de preços desde a época do plano cruzado tem inviabilizado novos investimentos. O consumo crescente - e ainda muito baixo por hectare, quando comparado a outros países - tem levado a um crescimento significativo das importações. Aparentemente, trata-se de um setor competitivo, mas, no futuro próximo, sua eficiência pode vir a ser ameaçada se não forem realizados os investimentos necessários.

4 - CONCLUSÃO

Como visto, o complexo químico nacional não tem um padrão de competitividade homogêneo, o que resulta em parte de sua não constituição como um verdadeiro complexo na indústria brasileira. A base é inequivocamente competitiva e as indústrias finais integradas têm condições de eficiência, embora tenham sido grandemente abaladas com o fraco desempenho da economia brasileira na década. Afora alguns segmentos competitivos (mistura de fertilizantes, algumas empresas da indústria de plásticos e possivelmente de borracha), a sustentação de sua competitividade a médio prazo requer medidas para o aumento de produtividade. As indústrias finais não-integradas do complexo são muito heterogêneas, predominando nesta área a deterioração das condições de eficiência, tornando as indústrias não-competitivas. Estas indústrias não se beneficiaram dos avanços ocorridos na base do complexo e, sendo basicamente produtoras de bens de consumo, foram diretamente atingidas pela perda de poder aquisitivo da população durante a década. É certo que algumas empresas devem ter mantido os investimentos e níveis de eficiência, o que não se reflete nos índices médios dos setores. Especialmente na área de química fi-

na, atual centro de dinamismo do complexo a nível internacional, mesmo os índices agregados apontam para uma evolução positiva na competitividade.

O papel exercido pela Petrobrás no estabelecimento de uma sólida base para o complexo químico nacional, tanto em suas atividades específicas como, através da Petroquisa, no desenvolvimento da petroquímica e viabilização das indústrias finais integradas, parece ter chegado ao seu limite. De um lado, a empresa vê ameaçada a manutenção de seus próprios níveis de competitividade, com a redução de investimentos, dada a situação que compartilha com as demais empresas estatais do país, de defasagens no reajuste de seus preços, agravada no caso pelos efeitos da política energética (prejuízos diretos decorrentes da distribuição do álcool e diminuição do peso da gasolina nas suas receitas, o que compromete o financiamento dos demais derivados do petróleo). De outro lado, a configuração atual do complexo químico e as possibilidades de uma atuação do Estado nos moldes das décadas passadas também levam ao esgotamento do seu papel histórico. Antes de explicitar esta questão, é necessário enfatizar que, sem dúvida, a Petrobrás continua sendo uma empresa de peso, não só no complexo químico, assegurando o suprimento básico a todas as demais etapas, mas também em toda a economia, como fonecedora de combustíveis, mas especialmente através de seus investimentos - fundamentais para a manutenção do nível de atividade e, talvez principalmente, de competitividade (por meio de suas exigências técnicas) em indústrias como a naval, siderúrgica, de bens de capital, etc. (6).

(6) Numa visita a um estaleiro em 1988, um diretor mencionou que um dos problemas que enfrentava era o de evitar (sic) que as equipes de trabalho estendessem a navios de outros clientes os níveis de qualidade e precisão necessários aos equipamentos fornecidos à Petrobrás.

Quanto às indústrias finais integradas, não teria sentido investimentos públicos em atividades como transformação de plástico ou borracha. São atividades típicas da iniciativa privada e, dispondo de insumos com qualidade e preços competitivos e dominando a tecnologia dos processos produtivos, a melhoria em seus níveis de eficiência dependerá basicamente da retomada do crescimento e consequentes investimentos que atualizarão o estoque de equipamentos destes segmentos. A indústria de fertilizantes tem algumas especificidades, além de afetar uma das áreas mais críticas do país, a produção de alimentos. O acesso a matérias primas é o ponto chave para a produção de fertilizantes, sendo importante a manutenção da presença do Estado na base da cadeia, tanto para assegurar o fornecimento a todos dos insumos básicos, como para garantir a produção interna de produtos essenciais e que vêm aumentando de peso na pauta de importações. Ao invés de privatizar a produção das matérias primas básicas, como tem sido proposto recentemente, parece mais interessante realizar investimentos para o aumento de produtividade nas estatais e utilizar o capital privado aparentemente disponível na construção de novas plantas, em paralelo à produção do grupo Petrofértil, de modo a atender ao consumo crescente de fertilizantes no país.

Com relação às indústrias não integradas, foi malograda a expectativa de fechamento da malha entre a base e as indústrias finais e a estruturação definitiva do complexo químico no país ainda na década de 80. O capital estrangeiro, pelos motivos já apontados, não avançou no sentido da verticalização de suas atividades. Por outro lado, o desenvolvimento para etapas mais à frente por parte da petroquímica também não foi significativo, provavelmente devido às condições recessivas da economia, aos atrativos de aplicações financeiras na década, à instabilidade provocada pela inflação e à inexistência de uma política industrial explícita. Neste sentido, talvez haja espaço (e necessidade?) para um prolongamento da ação estruturante do Estado no complexo químico nacional. Naturalmente, nas condições atuais, seria inviável a realização de investimentos maciços como nas etapas passadas de instalação dos Pólos. No entanto, seria interessante o apoio deste movimento a partir das empresas petroquímicas, tendo em vista a diminuição da dependência tecnológica externa, melho-

ria do balanço de pagamentos, adequação da oferta às necessidades locais e aproveitamento de economias externas resultantes de pesquisa e desenvolvimento realizados no país. Uma forma de viabilizar este apoio seria a Petroquisa deslocar-se de parte de suas atividades na petroquímica, em movimento sincrônico com as líderes internacionais do complexo, utilizando sua experiência acumulada e recursos humanos em dois pontos: pesquisa e desenvolvimento e organização da produção. Nenhum país é autosuficiente em química fina, base da área de integração entre a petroquímica e os produtos finais. Seria necessário estabelecer o perfil de produção mais adequado e factível de ser implantado no país, bem como articular produção e consumo das diversas plantas, já que é comum resultar de um processo de produção vários sub e co-produtos cujos mercados têm que ser analisados em conjunto. Dois segmentos são fundamentais, por seu tamanho e valor relativo, ao desenvolvimento da química fina: farmacêutica e defensivos agrícolas. Assim, medidas complementares seriam também importantes no sentido de assegurar mercado diante da concorrência com empresas internacionais já estabelecidas nos produtos finais, como políticas de compras (por parte da CEME e hospitais públicos), obrigatoriedade de nome genérico e atribuição de certificados de qualidade (reduzindo diferenciações artificiais de produtos), estímulo a institutos de assistência técnica à agricultura não comprometidos (como a maioria hoje) com as empresas produtoras de defensivos agrícolas, etc. Num nível mais geral, a retomada de investimentos e melhoria de eficiência nas indústrias finais, seja por parte do capital nacional ou estrangeiro, dependerá da retomada do crescimento, ou simplesmente da melhoria da distribuição da renda nacional (estima-se hoje, por exemplo, que 40% da população brasileira não tem acesso a medicamentos de qualquer espécie).

Finalmente, quanto a uma possível liberalização de importações e maior abertura para o exterior cabem alguns comentários sobre as indústrias do complexo químico. Na importação de produtos do refino tem que ser respeitada a política energética, não fazendo sentido, obviamente, importar gasolina aos preços mais reduzidos que vigoram no mercado internacional. A petroquí-

mica nacional, dada a atualização tecnológica de suas instalações e a capacitação na sua operação, continuará competitiva, mesmo que seja retirado o atual subsídio à nafta. Entretanto, se forem permitidos choques externos, com importações predatórias a preços inferiores aos de mercado, pode ser comprometido o nível de utilização de capacidade, criando dificuldades temporárias ao setor. Uma política anti-dumping ágil deve ser suficiente como proteção a estes segmentos. Com relação às indústrias finais integradas, como visto, seus preços são em geral inferiores aos que prevalecem no mercado externo. Assim, a liberalização de importações seria possivelmente inócua do ponto de vista dos consumidores internos podendo entretanto desestimular a realização de investimentos e a melhoria da produtividade local. Quanto às indústrias não-integradas, a abertura externa certamente não representaria um incentivo à verticalização das empresas internacionais no país; ao contrário, seria um estímulo à importação dos produtos finais da cadeia, desenvolvidos nas matrizes, num caminho inverso à sua evolução histórica. Talvez o consumidor interno fosse beneficiado por uma concorrência mais ampla, com preços inferiores, aceitando-se o sucateamento da indústria no país, uma vez que parece improvável que filiais locais de empresas multinacionais melhorassem sua eficiência para competir com as matrizes. A liberalização poderia constituir também mais um fator negativo para o desenvolvimento das empresas petroquímicas na direção da química fina. Por outro lado, a menos que se adote uma política explícita no sentido da consolidação do complexo químico como um todo na economia brasileira, não tem sentido a manutenção de reserva de mercado a uma indústria aparentemente ineficiente.

TABELA 1
ESTRUTURA E EVOLUÇÃO DO COMPLEXO QUÍMICO

	Participação no valor da produção (%)		Taxa média de crescimento anual
	1980	1984	1988/1981
Indústrias de base	58,3	69,5	7,0
Extração de petróleo	2,0	11,4	14,1
Refino de petróleo	35,3	35,8	2,0
Petroquímica	7,6	9,6	6,2
Resinas, fibras, elastômeros	9,3	8,8	6,1
Elementos químicos	4,2	3,8	...
Indústrias finais	41,7	30,5	3,4
Fertilizantes	8,3	4,5	2,8
Borracha, excl. pneus	3,3	2,3	4,7*
Laminados plásticos	2,7	1,7	3,0
Artefatos de plástico	6,8	4,4	
Perfumaria	3,8	3,1	6,0
Tintas e pigmentos	4,7	3,0	3,4
Farmacêutica	5,1	4,0	2,2
Químicos diversos	7,0	7,5	...
Complexo químico	100,0	100,0	3,7
Indústria de transformações e extrativa	-	-	2,5

FONTES: IBGE, Censo Industrial de 1980, Pesquisa Industrial 1982-84 e Índices da Produção Industrial.

(*) Inclusive pneus.

TABELA 2
ÍNDICES DE PRODUTIVIDADE
(1980 = 100)

	1975	1982	1983	1984
Indústrias de base				
Refino de petróleo	100	51	49	68
Petroquímica	139	95	117	112
Resinas, fibras, elastômeros	57	97	87	92
Elementos químicos	68	116	112	86
Indústrias finais				
Fertilizantes	50	85	95	110
Borracha, excl. pneus	69	79	76	85
Laminados plásticos	79	74	69	57
Artefatos de plástico	72	86	87	68
Perfumaria	100	91	84	79
Tintas e pigmentos	62	62	75	59
Farmacêutica	107	95	91	84
Químicos diversos	59	88	80	90
Indústria de transformação		106	107	104

Produtividade = Valor da transformação industrial/pessoal ocupado na produção.

FONTES: IBGE, Censos Industriais de 1975 e 1980 e Pesquisa Industrial 1982-84 e FGV, Índices de preços por atacado, oferta global.

TABELA 3
EXPORTAÇÕES
(US\$ milhões)

	1980	1982	1984	1986	1987
Indústrias de base					
Extração de petróleo	-	-	-	-	-
Refino de petróleo	390	1.180	1.828	697	946
Petroquímica	69	194	397	204	313
Resinas, fibras, elastômeros	150	233	563	348	445
Elementos químicos	129	175	276	348	354
Indústrias finais					
Fertilizantes	3	9	14	8	11
Borracha, excl. pneus	36	35	64	88	97
Laminados plásticos	1	0	0	1	1
Artefatos de plástico	54	71	103	149	66
Perfumaria	37	33	27	28	34
Tintas e pigmentos	14	12	14	15	19
Farmacêutica	47	63	78	73	86
Químicos diversos	196	199	329	303	474
Complexo químico	1.126	2.204	3.693	2.262	2.846
Exportações totais	20.132	20.175	27.005	22.349	26.225

FONTE: Dados CACEX elaborados pela FUNCEX.

TABELA 4
COMPARATIVO DE PREÇOS E DESEMPENHO EXPORTADOR

	Preço interno/ preço externo (1983-1985)	Coeficientes de exportação/(%)			Taxa média de crescim. anual 1987/1980
		1980	1982	1984	
Indústrias de base					
Refino de petróleo	-	3	7	12	13
Petroquímica	1,33	2	5	10	24
Resinas, fibras, elastômeros	1,47	4	5	17	17
Elementos químicos	1,13	8	6	17	15
Indústrias finais					
Fertilizantes	1,17	0	0	1	22
Borracha, excl. pneus	1,20	3	3	6	15
Laminados plásticos	0,47	0	0	0	0
Artefatos de plástico	0,71	2	2	5	3
Perfumaria	0,78	3	2	2	-1
Tintas e pigmentos	1,19	1	1	1	4
Farmacêutica	1,76	2	3	5	9
Químicos diversos	1,92	7	6	10	13

FONTES: CPA, FUNCEX e IBGE

BIBLIOGRAFIA:

ABIQUIM, Anuário da Indústria Química Brasileira, 1988.

ARAÚJO JR, J.T., "O programa de integração Argentina-Brasil e as tendências atuais da economia mundial", Texto para Discussão nº 181, IEI/UFRJ; 1988.

ARAÚJO JR, J.T.; HAGUENAUER, L. e MACHADO, J.B., "Proteção, competitividade e desempenho exportador da economia brasileira nos anos 80", Pensamento Iberoamericano, nº 16, 1989.

BNDES, "O capital estrangeiro na indústria brasileira: atualidade e perspectivas", Estudos BNDES nº 10, 1988.

BRAGA, H.; SAMPAIO, G. e FERRO, L., "Proteção efetiva no Brasil: uma estimativa a partir da comparação de preços", EPICO nº 13, IPEA/INPES, 1988.

CTC (Centre on Transnational Corporations), The CTC Reporter nº 26, 1988.

GORDON, R.J. e BAILY, M.N., Measurement issues and the productivity slowdown in five major industrial countries, mimeo, OCDE, 1989.

GUIMARÃES, E.P.; CORDEIRO JR., M. e D'Athouguia, A.L., Descrição e avaliação das barreiras não-tarifárias no Brasil, mimeo, IPEA/INPES, 1986.

HAGUENAUER, L. "O complexo químico brasileiro - organização e dinâmica interna", Texto para Discussão nº 86, IEI/UFRJ, 1986.

_____, "Competitividade: conceitos e medidas. Uma resenha da bibliografia recente com ênfase no caso brasileiro", Texto para Discussão nº 211, IEI/UFRJ, 1989.

HASENCLEVER, L., Estado e industrialização: organização da indústria petroquímica, tese de mestrado, IEI/UFRJ, 1988.

OLIVEIRA, F.G., Tecnologia industrial, mimeo, FGV, 1988.

SPIITZ, P.H., Petrochemicals - the rise of an industry, John Wiley & Sons, 1988.

WILLMORE, L. N., "Controle estrangeiro e concentração na indústria brasileira", Pesquisa e Planejamento Econômico, nº 1, vol. 17, 1987.

PUBLICAÇÕES DO IEI EM 1989

TEXTOS PARA DISCUSSÃO

Nº de
páginas

183. TAUILÉ, José Ricardo. Novos Padrões Tecnológicos, Competitividade Industrial e Bem Estar Social: Perspectivas Brasileiras. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 183). 47
184. LIMA, Fernando Carlos G. de Cerqueira; GOMES, Maria Célia. Sistema Financeiro da Habitação: Limites de Expansão de um Sistema Especializado. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 184) 65
185. FERRAZ, João Carlos. A Heterogeneidade Tecnológica da Indústria Brasileira: Perspectivas e Implicações para Política. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 185). 34
186. TIGRE, Paulo Bastos. How Does Latin America Fit Into High Technology?. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 186) 16
187. RUSH, Howard J. Manufacturing Strategies and Government Policies. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 187) 19
188. MAGALHÃES, Paulo; SILVEIRA, Caio Márcio L.P. da; MAGALHÃES, Maria Alice E. Programas Governamentais de Autoconstrução no Brasil: Um Estudo Comparativo. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 188) 43
189. PERA, Maria Valéria Junho. O Estado das Informações Sobre a Mulher no Brasil - uma avaliação. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 189) 49
190. TAVARES, Maria da Conceição. A Política Econômica do Autoritarismo. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 190) 15
191. ALBERTO, Beatriz; OLIVEIRA, Pedro Jorge de. Fontes de Recursos para o Orçamento da Seguridade Social. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão 191) 48
192. VIANA, Maria Lúcia Teixeira Werneck. O Postulado da Obrigação Política e Suas Justificativas Ideológicas na Teoria Clássica. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 192) 43

	Nº de páginas
193. LIMA, Fernando Carlos G.C.Lima, FIORI, Jorge; MAGALHÃES, Paulo; TIMOCO, Galeno; ZONINSEIN, Jonas; SILVEIRA, Caio Marcio L.P.da; GOMES, Maria Celia e BASTOS, Carlos M. <u>Sistema Financeiro da Habitação e Programas Habitacionais Alternativos: Diagnóstico e Perspectivas.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 193)	49
194. BATISTA, Jorge Chami. <u>The Conditions for a Foreign Exchange Constrained Economy: A Critique of Joshi's Model.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 194)	16
195. FIORI, José Luís. <u>Brasil: Uma transição democrática com crise orgânica do Estado.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 195)	38
196. TEIXEIRA, Aloisio; AZEREDO, Beatriz; MATSUTANI, Maurício; FAVERET, Paulo; OLIVEIRA, Pedro Jorge de. <u>O financiamento da seguridade social em 1989: novos caminhos, velhos problemas.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. Discussão, 196)	63
197. BATISTA, Jorge Chami. <u>Structural Deficits, The Debt Cycle Hypothesis and the Transfer of Real Resources.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 197)	23
198. PEREIRA, Edgard Antonio e ROMANO, Ricardo. <u>Política Anti-inflacionária e planos de estabilização: a experiência brasileira recente.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 198)	93
199. PROCHNIK, Victor. <u>Programas regionais para modernização e difusão de tecnologia em indústrias tradicionais.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 199)	68
200. OLIVEIRA, Isabel de Assis R.de. <u>O imaginário político do trabalhador na literatura brasileira.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 200)	43
201. FIORI, José Luís. <u>Sonhos prussianos, crises brasileiras.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 201)	59
202. INDICI, André Cezar. <u>Urbanização e Estrutura Ocupacional: Alternativas metodológicas para uma investigação.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 202)	64
203. BÉLO, Luís Martins de. <u>O programa de apoio ao desenvolvimento tecnológico da empresa nacional - PADIN - (1973 - 1988).</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 203)	34
204. SALGADO, Maria Helena. <u>As propostas de coordenação monetária internacional de Keynes: a institucionalidade ausente de uma economia monetária de produção.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 204)	50

	Nº de páginas
205. LUSTOSA, Tânia Quiles de O. & FIGUEIREDO, José Bernardo B. de. <u>Pobreza no Brasil: Métodos de Análise e Resultados.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 205)	58
206. FIGUEIREDO, José Bernardo. <u>Exportações, consumo pessoal e estrutura de produção: algumas simulações para o Brasil.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 206)	72
207. MEDEIROS, Carlos. <u>Reestruturação industrial e conflito distributivo na economia italiana.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 207)	42
208. BATISTA, Jorge Chami e PAULA, Germano Mendes de. <u>Avaliação e perspectivas tecnológicas das empresas estatais produtivas: o caso do setor siderúrgico.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 208)	67
209. FIORI, José Luís. <u>Para uma crítica da teoria do Estado Latinoamericano.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 209)	61
210. PROENÇA, Adriano e CAULLIRIAUX, Heitor Mansur. <u>Desintegração integrada: um novo padrão de organização da produção ?</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 210)	38
211. HAQUENAUER, Lia. <u>Competitividade: Conceitos e medidas. Uma resenha da bibliografia recente com ênfase no caso brasileiro.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 211)	38
212. CARVALHO, Fernando J. Cardim de. <u>Keynes and the long period.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 212)	27
213. BURLINHAUI, Leonardo. <u>História, Política e Organização do Capitalismo em Keynes.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 213)	59
214. PAIVA, Vanilda. <u>Produção e Qualificação para o Trabalho: Uma Revisão da Bibliografia Internacional.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 214)	74
215. FIORI, José Luís. <u>Ética e Política: uma nota apressada.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 215)	14
216. FAVERET FILHO, Paulo e OLIVEIRA, Pedro Jorge de. <u>A Universalização excludente (Reflexões sobre as tendências do sistema de saúde).</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 216)	47

	Nº de páginas
217. PROCHNIK, Victor e LISBOA, Marcos de Barros. <u>Política Industrial para Setores Tradicionais: O Caso do Complexo Têxtil Brasileiro</u> . IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 217).	31
218. PERA, Maria Valéria Junho. <u>Política e População: Alguns Dados Sobre um Estado de Duas Caras</u> . IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 218).	22
219. FABRIANI, Carmen B. <u>Por uma política de conservação da natureza: o desafio de Petropolis</u> . IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 219).	58
220. BALL, Michael. <u>The built environment and the question</u> . Série Seminário Internacional. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 220).	41
221. MASSEY, Doreen. <u>Uneven Development and Spatial Division of Labour: The British Experience</u> . Série Seminário Internacional. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 221).	18
222. PICCINATO, Giorgio. <u>I Difficili Rapporti fra Urbanistica e Realtà Nei Paesi Economicamente Avanzati</u> . Série Seminário Internacional. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 222).	19
223. BURLINHAQUI, Leonardo. <u>Condicionantes Sócio-Políticos e Política Industrial na Coreia do Sul: Uma Avaliação Preliminar</u> . IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 223).	33
224. FIGUEIREDO, José B.B. de e SILVA, Nelson do Valle. <u>Uma projeção demográfica para o Brasil e suas regiões</u> . IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 224).	36
225. HAUENHAUER, Lia. <u>Competitividade no complexo químico nacional - primeira aproximação</u> . IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 225).	26
226. VIANNA, Maria Lucia T. Werneck. <u>Política social e transição democrática: o caso do RN</u> . IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 226).	69
227. FIGUEIREDO, José B.B. de. <u>Uma tentativa de decomposição da desigualdade social através do coeficiente de Gini</u> . IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 227).	32